CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA



Lula com Alckimin, ritual desnecessário

Viagens de Lula: presidente não precisa passar cargo

Ao embarcar hoje para Cuba em sua 13a. viagem internacional desde o início do atual mandato, o presidente Lula (PT) vai cumprir um ritual não determinado pela Constituição ou por qualquer lei: a transmissão do cargo para seu vice, Geraldo Alckmin (PSB). Mais uma vez, o Brasil ficará, na prática, com dois presidentes: um no exterior e outro por aqui.

Projeto

Em projeto apresentado em 2022, o então deputado Tiago Mitraud (Novo--MG) propôs acabar com a transmissão do cargo em viagens curtas. Ressaltou que, ao entregar a Presidência, o titular sequer poderia representar o país no exterior. O projeto está parado na Câmara.

Procurada pela coluna, a assessoria da vice-presidência admitiu que a prática "deriva do costume" e de uma interpretação do artigo 79 da Constituição. O artigo não fala em substituição do presidente quando este viaja para o exterior, mas nos casos de impedimento do titular e de vacância do cargo. Consultada na segunda, a Presidência da República não respondeu ao Correio.

Sem sair no DO

O senador Hamilton Mou-(Republicanos-RS) assumiu a Presidência algumas vezes durante viagens de Jair Bolsonaro. Afirmou que, pelo que se recorda, não havia necessidade sequer de a substituição por poucos dias ser publicada no Diário Oficial da União.



Binenbojm e Streck - tradição e doutrina

Para advogados, há costume e institucionalidade

A coluna ouviu dois imadvogados portantes constitucionalistas: Gustavo Binenbojm e Lenio Streck. Para o primeiro, não há necessidade de o vice substituir o presidente nesses casos, até pela facilidade das comunicações: o titular não fica isolado e pode até assinar documentos de maneira remota. Diz que a transmissão do cargo é mais ligada ao costume. Frisa que outros países presidencialistas já abandonaram essa passagem provisória de bastão.

Já Streck afirma que viagens presidenciais caracterizam o impedimento — algo temporário — previsto pela Constituição. Diz que sua resposta é doutrinária e institucional.

Pedido a Maia

A relatora da CPMI do 8 de Janeiro, Eliziane Gama (PSD-MA), tenta convencer o presidente da comissão, Arthur Maia (União-BA), a colocar em votação requerimento em que pede acareação entre Jair Bolsonaro e seu ex-ajudante de ordens, tenente-coronel Mauro Cid.

Terrorismo

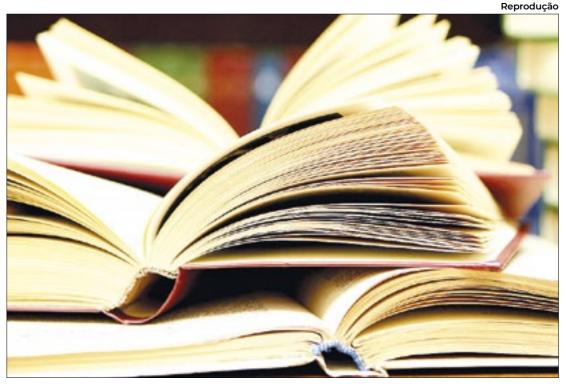
Já o deputado Rogério Corrêa (PT-MG) decidiu pedir a convocação pela CPMI do blogueiro bolsonarista Wellington Macedo de Souza, preso ontem no Paraguai. Ele foi condenado por participar da tentativa de atentado ao aeroporto de Brasília em dezembro passado.

Ordens

No pedido, a senadora alega que, aparentemente, o envolvimento do militar da ativa com os atos antidemocráticos de 8 de janeiro não se deu por iniciativa própria, "mas no estrito cumprimento de ordens superiores". Ela destaca que Cid negocia uma delação premiada.

Plantar e colher

Ao, na CPMI, chamar de covarde o general da ativa Gustavo Dutra de Menezes, ex-comandante militar do Planalto, o senador Jorge Seif (PL-SC) mostrou uma das consequências da ligação das Forças Armadas com a política. Militares, hoje, são alvos da esquerda e da direita.



NACIONAL

A discussão se dá em torno do novo ensino médio, que começou a ser implantado

Produção de livros didáticos ameaçada

Impasse do novo ensino médio ameaça materiais para 6,4 milhões de alunos

O impasse sobre o modelo do ensino médio, além de dificultar o planejamento das escolas, ameaça a produção de livros didáticos. A elaboração do material para os mais de 6,4 milhões de alunos nessa etapa do ensino na rede pública está travada, aguardando a definição do governo sobre quais mudanças curriculares irá propor, alterações estas que ainda serão votadas pelo Congresso.

Os estudantes podem ficar sem o material adequado em 2024, 2025 e até em 2026.

A discussão se dá em torno do novo ensino médio, que começou a ser implantado para os alunos do 1º ano em 2022. O país teria ao final de 2024 a formatura da primeira geração que estudou sob as novas regras. O governo Lula, no entanto, pressionado por críticas de estudantes e professores, suspendeu o calendário de implementação do novo ensino médio e passou a discutir um outro modelo. O "novo ensino médio", sendo assim, já poderia até ser chamado de "velho". E o que deve entrar em vigor será uma segunda versão do modelo, um "novo ensino médio 2.0".

Se o "novo ensino médio 2.0" entrar em vigor em 2024, os alunos estarão com o material desatualizado. Essa hipótese não é a mais provável, porque as mudanças ainda nem foram enviadas ao Congresso. Mas, ainda que o "novo ensino médio 2.0" só entre em vigor em 2025, os novos livros dificilmente estarão prontos até lá.

A produção do material é organizada pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), do MEC (Ministério da Educação), e dura cerca de dois anos. O processo começa com a publicação de um edital, e a produção é submetida à rigorosa supervisão da pasta. Quando ficam prontos, os livros ainda tem que ser escolhidos pelas escolas para depois serem comprados com verbas do FNDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação), do MEC.

Por; Laura Mattos/ Folha-

Comunidade e tecnologia contra roubos em SP

Quando os relatos de roubos e furtos entre moradores de Moema, bairro da zona sul da capital paulista, ficaram mais frequentes, integrantes de um condomínio resolveram reforçar a segurança com troca de informações com a comunidade no entorno.

Três anos depois, a ação virou um grupo com mais de cem condomínios, com troca de informações sobre segurança e treinamento das equipes de zeladores e porteiros. É mais uma alternativa para lidar com a sensação de insegurança após casos como a invasão armada em um condomínio de luxo no Morumbi, zona sul de São Paulo, na semana passada.

A medida se soma à popularização de centrais de monitoramento, a portarias remotas e ao uso de inteligência artificial. Para grandes condomínios, já são usados drones que monitoram a área e podem notificar equipes humanas para tomar decisões. Especialistas ouvidos pela reportagem, no entanto, apontam que não adianta investir em equipamentos sem treinar profissionais e moradores.

Foi essa a solução encontrada no edifício em que Marcia Oliveira, 58, é síndica. "Não tenho nada terceirizado aqui. Treino uma equipe com média de casa de 20 anos que conhece os hábitos dos moradores. Um precisa cuidar do outro."

Acidente em rodovia

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) divulgou nota à imprensa em que lamenta o falecimento da consultora da Organização das Nações Unidas (ONU), a brasileira Daniele Nogueira Milani, de 39 anos, em um acidente automobilístico ocorrido na terça--feira (12), na BR-174, rodovia federal que liga os municípios de Boa Vista e Pacaraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, em Roraima.

A brasileira trabalhava na Organização Internacional para as Migrações (OIM) -Brasil, vinculada à ONU. O capotamento envolveu outros quatro colaboradores do órgão, que estavam no mesmo veículo. Estes foram resgatados, levados ao Hospital Geral de Roraima e, de acordo com a organização, estão recebendo o apoio necessário.

Os funcionários da OMI estavam em missão de cooperação à Operação Acolhida, do governo do Brasil, para prestar assistência a cidadãos venezue-



Consultora brasileira da ONU morre em acidente

lanos migrantes, recém-chegados a Roraima.

"Neste momento de extremo pesar, o Itamaraty transmite aos familiares e amigos da vítima, assim como à Organização, sinceras condolências e deseja plena recuperação aos colaboradores feridos", diz a nota do Itamaraty.

A Organização Internacional para as Migrações (PMI--Brasil) publicou em sua rede

social a nota de pesar sobre morte da paulista Daniele Milani e ressaltou os serviços humanitários prestados por ela. "Daniele se juntou recentemente à equipe de Gestão da Informação da OIM em Roraima, abraçando o serviço humanitário e atuando em campo no apoio aos mais vulneráveis. A dedicação e compromisso de Daniele serão sempre lembrados por seus colegas."

Debate sobre educação

Estão abertas as inscrições para o Seminário Programa Escola em Tempo Integral na Região Nordeste, promovido pelo Ministério da Educação (MEC). A etapa faz parte do ciclo de seminários regionais sobre o tema, em todo o país.

Segundo o MEC, o objetivo das discussões é elaborar um documento nacional, com orientações sobre a educação em tempo integral, por etapas da educação básica (educação Infantil, ensino fundamental e ensino médio) e por modalidades (Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Educação Bilíngue de Surdos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola).

Na etapa Nordeste, os debates ocorrerão em Recife, em 27 e 28 de setembro, de forma híbrida. Os interessados em participar presencialmente devem se inscrever, por meio de formulário online. As vagas são limitadas, e o evento ocorre no auditório da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS). O seminário também será transmitido pelo canal do MEC no YouTube. Neste caso não é necessário fazer inscrição.

O evento é voltado aos integrantes das redes de ensi-

no, profissionais da educação, universidades, pesquisadores, fóruns de conselhos, organizações da sociedade civil e representantes de outros ministérios envolvidos nesta agenda.

A realização do ciclo de seminários está prevista desde a instituição do Programa Escola em Tempo Integral, pela Lei 14.640/2023, criado em julho.

O governo federal considera matrículas em tempo integral aquelas em que crianças e jovens permanecem na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, em dois turnos.

Ajuda às vítimas das enchentes no RS

A Associação Brasileira de Bancos e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e seus bancos associados contabilizaram na quinta--feira (14) R\$ 4 milhões em doações para auxiliar no socorro aos moradores dos municípios atingidos pelas fortes chuvas recentes no Rio Grande do Sul. Os recursos serão direcionados de forma colaborativa por meio de várias organizações da sociedade civil que atuam naquele estado.

Também foram liberados R\$ 463 milhões do saque calamidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores das cidades afetadas, ações de auxílio para funcionários e familiares na região, abertura de agências para recebimento de doações. Foram reforçadas ainda as orientações às equipes de seguros das instituições para o atendimento da população local, visando contribuir para amenizar o sofrimento da população. As informações foram divulgadas em nota pelas duas entidades.

Também na quinta, chegou à região afetada pelas chuvas no Rio Grande do Sul a Carreta Solidária da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA). A unidade móvel tem capacidade para preparar 4.500 refeições por dia, lavar até meia tonelada de roupas e oferecer atendimento psicológico à comunidade. A carreta ficará em Muçum, na Avenida Borges de Medeiros, 650.